

ELDORADO: Um Sonho de Reforma Agrária no Rio de Janeiro.

Maria Nazaré Martins Silva¹

A importância do tema deste artigo está relacionada às experiências de assentamento que têm sido praticadas no setor rural brasileiro em contrapartida à sua situação fundiária, caracterizada pela falta de terras para grande parte dos trabalhadores rurais. O interesse por este estudo vem me acompanhando ao longo da minha trajetória desde o Maranhão, quando meus familiares foram expulsos da terra; em outros momentos, numa experiência como agente pastoral nas Comunidades Eclesiais de Base e, num período posterior, na Diocese de Petrolina (PE), quando inserida num trabalho da equipe rural, junto às pessoas trabalhadoras rurais. Mais recentemente, no Rio de Janeiro, como membro de uma equipe de Comissão Pastoral da Terra e como assistente social. Através das visitas aos trabalhadores dos assentamentos rurais do Estado do Rio de Janeiro, várias questões foram sendo levantadas, tais como: existe violência no campo, no Estado do Rio de Janeiro? Como se dão as organizações de trabalhadores rurais e como vivem os assentados nesta unidade da federação? Quais são as bandeiras de luta dos assentados e o que estão produzindo? Será que nestas organizações as relações ali estabelecidas são, de fato, democráticas ou são relações hierarquizadas?

Estas indagações foram reforçadas a partir do contato, em dezembro de 1991, com o Assentamento Eldorado, constituído de trabalhadores sem - terra que ocuparam a Fazenda Casas Altas e começaram a se organizar em grupos e comissões de assentados, comissão de mulheres, com vistas à negociação com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e, ao mesmo tempo, iniciaram o cul-

¹ Mestre em Serviço Social PUC/RIO e Assistente Social da SMDS.

tivo da terra. Com o surgimento da Associação de Pequenos Produtores (APP), em 1992, que começa a exercer a liderança no assentamento, a pergunta era: será que a APP é realmente representativa dos assentados?

Outro elemento pertinente que me instigava naquele assentamento era quanto ao clima de violência constante na comunidade, sentida pela presença de pistoleiros armados, que ameaçavam de morte as famílias e, principalmente, as lideranças do assentamento. Apesar disso, as pessoas deram continuidade ao processo organizativo e, aos poucos, foram conquistando a posse da terra. Dentro deste contexto de luta observou-se, ainda, que a comunidade estava imbuída de uma forte utopia e de sonhos de uma nova sociedade com base nos direitos de cidadania.

A grande esperança era ver implementada a reforma agrária e, em todos os momentos da vida do assentamento, cultivavam a perspectiva da igualdade e da participação, mantendo, também, um grande simbolismo em torno da terra como sinal de luta e vitória de todos.

1. Construindo o Assentamento

A partir dessas considerações, o estudo que realizei buscou avaliar a experiência do Assentamento Eldorado, situado no Município de Seropédica, no Estado do Rio de Janeiro, inserido no contexto das políticas públicas e da política agrícola do governo brasileiro, destacando as relações sociais travadas entre os diferentes atores sociais ali presentes, pontuando, de modo particular, a experiência de violência vivenciada pelo assentamento, seus rebatimentos na vida dos trabalhadores, os seus processos organizativos, avanços e contradições presentes no cotidiano da Associação de Pequenos Produtores. A pesquisa de campo foi um momento gratificante de descobertas, que contribuiu no processo de definição e articulação das categorias teóricas que sustentaram a pesquisa, levando inclusive à constatação de outra questão, embutida no problema investigado, mas que não era explícita e nem estava no projeto inicial, ou seja, a questão de gênero, que foi desvelada ao longo do processo de conhecimento, quando dados fo-

ram sendo mostrados pelos atores sociais envolvidos, principalmente as mulheres.

O assentamento Eldorado insere-se no contexto da luta pela terra no Estado do Rio de Janeiro, acentuada especificamente na década de 1980, revelando uma nova face da luta no campo. Trata-se, de modo particular, de um movimento de trabalhadores urbanos em direção ao campo, o que denota uma transformação no meio rural fluminense, com o surgimento de uma nova categoria de produtores: os “neururais”, ou seja, agricultores muitas vezes oriundos do setor agrícola e que moram muito tempo na cidade, mas que ali retornam em busca de novas oportunidades de vida.

Os trabalhadores que se organizavam para ocupar a Fazenda Casas Altas, que deu origem ao Assentamento Eldorado, encontravam-se, em sua grande maioria – cerca de 95% - desempregados e sem perspectiva de arranjar trabalho. De acordo com os dados da pesquisa de campo, o assentamento foi uma estratégia de sobrevivência, ou seja, parcela de pessoas desempregadas oriundas dos centros urbanos que foram afetadas pela crise econômica organizaram-se durante um longo período, fizeram vários encontros, reuniões, levantamento da situação das terras do Estado, até conseguirem se assentar.

Grande parte dos assentados de Eldorado é constituída de migrantes vindos do Espírito Santo e Minas Gerais; outros vieram da Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, São Paulo e Rio Grande do Sul, ou seja, em torno de 80% sendo de outros estados do Brasil. Detectamos ainda que 90% desses trabalhadores eram de lavradores, ou filhos de lavradores que, antes do assentamento, estavam residindo em favelas na Baixada Fluminense; cerca de 80% viviam do assalariamento em áreas urbanas. Constatamos, também, uma grande movimentação na qual as pessoas se envolveram ao longo de suas vidas: muitas saíram do campo com a possibilidade de encontrar uma vida melhor na cidade, e voltaram ao campo com a mesma perspectiva, depois de constatada a falta de condições nas periferias nos grandes centros urbanos.

Através das falas dos entrevistados foram detectados os motivos que os levaram a ocupar a terra, quase sempre porque estavam desempregados ou vivendo de pequenos biscates e sendo, não raro, incentivados

por amigos e parentes a tomarem a decisão de partir de novo para o campo, outros ainda buscavam fugir do aluguel. Uma motivação importante foi o desejo de trabalhar por conta própria, destacando a exploração no trabalho assalariado por onde passavam.

A agricultura familiar tem sido a base de sustentação das famílias no assentamento. Para estas pessoas, o maior objetivo que perseguem é a sua subsistência e da família. Entretanto, ficam sufocadas pela impossibilidade de produzir na terra, dados os vários problemas que enfrentam, entre os quais a dificuldade de escoar a produção. Mas, a alegria da conquista da terra vem sempre à tona em seus discursos. Nas assembleias comunitárias que realizam, nota-se sempre que há um discurso coletivo: "isso aqui é nosso", "nós suamos para conquistar isso aqui". Para alguns assentados, esta foi uma oportunidade de reencontrar sua profissão: "eu já trabalhei de tudo, na construção civil, vendedor, meeiro, mas nunca pensei que tinha encontrado minha verdadeira profissão, agora sim, eu reencontrei."

Em geral todos têm muitas dificuldades em produzir por falta de irrigação e de drenagem. É unânime, na fala dos trabalhadores, a preocupação com o tempo meteorológico, pois quando chove muitos deles perdem as plantações pela falta de drenagem da terra; todavia, se há seca, também não conseguem produzir pela falta de irrigação.

O cotidiano destes trabalhadores é constituído, em geral, pelo trabalho nos lotes, no preparo e manejo do solo com atividades iniciais de melhoramento da sua qualidade, aração e gradeagem, devolvendo à terra as condições gerais de melhoria do padrão de sua preservação.

Por parte dos assentados, a terra passa a ser motivo de sobrevivência, moradia, produção, lazer, ou seja, significa preservar o espaço conquistado, e daí a necessidade de envolvimento nas atividades coletivas. Apesar das dificuldades e contradições, o assentamento é uma nova proposta de vida, representa melhores perspectivas de um futuro mais seguro.

Conforme informações dos lavradores, desde o início, a luta pela terra no mutirão foi marcada por muitas contradições e conflitos. Na verdade o assentamento começou em 18 de dezembro de 1991, com cerca de 50 famílias, após uma tentativa frustrada de ocupação da Fa-

zenda Modelo, de onde foram expulsos pela polícia a mando do governador do Estado. A terra da nova fazenda onde foram assentados, apesar de ter sido desapropriada pelo INCRA, em 10 de novembro de 1990, pelo Decreto nº 981/90, no Governo Sarney, foi apropriada por dois fazendeiros da região. Os primeiros anos na Fazenda Casas Altas foram, portanto, marcados por muitos conflitos e tentativas de assassinatos, inclusive colocando-se veneno dentro do poço da água de beber dos assentados. O atentado foi denunciado pelos mesmos, que apontaram, também, o fato de estar a fazenda rodeada por pessoas estranhas e fortemente armadas. Diariamente as famílias continuaram sofrendo ameaças por terem ocupado a referida fazenda. Esse marco inicial ficou registrado, fortemente, nas lembranças das pessoas. Durante a pesquisa, os assentados se reportavam o tempo todo, ao dia da chegada e ao início do acampamento, como sendo de muito sofrimento, muitos falavam até com lágrimas nos olhos:

“parecia um sonho, a gente queria tanto aquela terra, mas não pensou que fosse ser tão difícil assim, a chegada aqui foi dura, no dia seguinte começou a perseguição, sofremos muito até a divisão da terra”.

Os pistoleiros e fazendeiros eram procurados pela justiça, mas continuaram na área ameaçando os moradores e soltando seu gado para devorar as plantações dos agricultores. Em 21 de julho de 1992, houve um atentado organizado por dois fazendeiros e oito pistoleiros que entraram no acampamento atirando, atingindo dois assentados, uma adolescente, um assessor de um deputado, e ainda queimaram oito barracos com os pertences dos moradores, conseguindo, assim, instaurar um clima de terror na região (Jornal, “O Dia”, 23/07/92). Por parte das entidades de apoio havia uma grande preocupação, dados os riscos que os assentados estavam correndo; sem nenhuma proteção do Estado, as famílias estavam totalmente vulneráveis às ações dos fazendeiros.

O atentado de 21 de julho de 1992 teve grande repercussão na imprensa, mobilizando até o governador do Estado, que enviou algu-

mas viaturas para dar cobertura ao local; mas, a comunidade ficou bastante traumatizada, amedrontada, muitos perderam tudo o que tinham. No entanto, mais uma vez as entidades de apoio (CPT, CEPE, Igreja Metodista, Sindicato dos Bancários, partidos políticos, PT e PDT, CUT, FETAG e outros) mobilizaram várias comunidades e conseguiram reanimar o mutirão e, apesar da repercussão havida no momento do atentado, os trabalhadores continuaram lutando; mesmo tendo algumas pessoas desistido, a maioria continuou cultivando a terra.

Paralelamente à violência ocorrida em julho de 1992, os assentados realizaram a primeira colheita, e esse momento foi marcado, também, por muita solidariedade por parte de algumas entidades do Estado. Entretanto, após o tiroteio, a situação dos sem-terra ficou mais difícil, pois parte das famílias perdeu seus barracos, ficando sem abrigo: *“depois do tiroteio só ficou a roupa do corpo, meus documentos, pá, enxada e até o dinheiro que eu tinha, perdi, não sabia o que fazer.”* Apesar do sofrimento, a comunidade continuou a sua luta, e passou a organizar a Associação de Pequenos Produtores no assentamento.

Depois de quase 8 anos já assentados, nota-se entre os agricultores um certo cansaço e muita desilusão. O sonho de reforma agrária está sufocado pela falta da perspectiva de sobrevivência na terra. Por outro lado, em relação à comercialização dos produtos, conforme declararam, há uma grande luta para resolver esta situação, bem como a questão da falta de escola, de estradas e de posto de saúde. A comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros, produzidos pelos pequenos produtores de Eldorado é feita apenas no CEASA (Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S/A), onde os preços dos produtos estão muito baixos, o que representa grande prejuízo para os mesmos. Com isso, eles se sentem bastante pessimistas:

“Está difícil a sobrevivência da gente na terra; conquistar a terra foi até fácil, difícil é permanecer, e sobreviver daqui, muita gente está indo fazer biscate na cidade para poder sobreviver, isso é muito triste.”

Outra problemática detectada no assentamento diz respeito à utilização escassa de tecnologia para lidar com a terra, dificultando a realização de uma boa colheita.

“A gente tem problemas sérios com a falta de maquinário, a gente não tem condições de comprar, pois a produção mal dá pra ir comendo, a metade da terra fica parada, pois não temos apoio do estado e não temos condições de mexer com ela.”

Um aspecto relevante é o referente à Associação de Pequenos Produtores, criada em 1992, pela necessidade de organização do mutirão, de forma legítima, para representar o assentamento junto ao INCRA e a outras entidades, assim como promover a organização da comunidade assentada. Detecta-se, hoje, a partir dos entrevistados, a prevalência de uma relação de poder centralizado na pessoa do seu presidente, que acumula sobre si vários papéis e não os divide com os demais membros da própria diretoria, conforme pode ser observado nesta fala: *“o x é que manda sozinho, ele resolve as coisas tudo sozinho”*. Por outro lado, observa-se, também, que o presidente sabe ser “politicamente correto”, ou seja, usa o discurso democrático, defende a participação da mulher, mas desempenha uma prática autoritária e machista, o que denota uma grande contradição.

De modo geral, a Associação de Pequenos Produtores tem sido a forma de organização mais presente nos assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro, tendo a finalidade de promover a organização dos associados (no momento da pesquisa somente uma mulher era associada), a defesa e garantia da posse da terra do assentamento, melhorar as condições de produção e comercialização, estabelecer convênios com outras entidades públicas ou privadas, com a garantia de que a associação não perca sua autonomia e seu poder de decidir. Com base no seu estatuto, verificamos que o papel da associação em Eldorado é bastante amplo, com responsabilidades específicas no sentido de gerenciar as questões dos sócios no assentamento e de implementar uma política de organização e defesa dos seus associados. Um espaço de legitimação da associação é a assembléia, espécie de termômetro importante da grande organização, pois nela os assentados decidem e encaminham soluções para seus problemas.

Partindo dessa perspectiva, destaco, quanto ao papel da associação, que esta, embora tenha uma proposta de representar e defender seus

associados, muitas vezes acaba servindo ao modelo de produção capitalista, na medida em que reproduz o mesmo modo de relação regida pelo capital, com relações hierárquicas e patriarcais. Isto vem de encontro ao simbolismo que permeia a luta pela terra neste assentamento, onde a filosofia de vida ou a visão de mundo que norteia essa organização se baseia na perspectiva socialista, onde existe a proposta de vida comunitária, de democracia e de participação dos trabalhadores, seja no processo produtivo, seja na gestão da associação.

Durante o processo de investigação ficaram claros os múltiplos conflitos sociais na relação diretoria - assentado. Observou-se que as pessoas têm muitas críticas à associação, mas não as expressam; algumas vezes dizem: *"é melhor ficar calado, na minha"*; elas temem porque imaginam que a associação tem poder para tomar os lotes: *"ah! as pessoas têm medo de falar, e perder seus lotes, ele fala aí que toma lote, a gente fica com medo, né?"*. Nesse processo a relação entre as famílias assentadas está permeada de muitas desconfianças, medo e descrédito em relação à associação.

2. Assentamento e Relações de Gênero

A questão de gênero aflorou durante a pesquisa, a partir dos dados coletados acerca dos papéis sociais. Esta preocupação, embora não tenha sido levantada no projeto inicial, foi sendo construída durante o processo de investigação. Ela foi se destacando de acordo com as falas que iam surgindo, e despertando para as dicotomias como, por exemplo: trabalho leve, trabalho pesado, trabalho de homem, trabalho de mulher, o homem trabalha, a mulher ajuda, meu lugar é em casa, o marido trabalha na roça, o homem participa da assembléia, a mulher assiste à assembléia.

A partir da reflexão sobre a questão de gênero, pudemos perceber que valores da sociedade patriarcal e de classes ainda estão bastante arraigados e se articulam no cotidiano de nossas vidas. A cada momento e em cada gesto, tanto na família camponesa quanto na família burguesa, ou seja, em qualquer classe social isso pode ocorrer. Nas famílias camponesas, os homens "trabalham" e as mulheres "ajudam". É a con-

dição de reprodutora que marca, de maneira mais forte, a inserção feminina no grupo doméstico. A roça é o espaço socialmente visto como masculino. As tarefas ali realizadas são genericamente reconhecidas como trabalho e conferem ao homem a condição social de lavrador. A casa, por outro lado, é o espaço da mulher, onde ela exerce suas funções de mãe e dona-de-casa.

Ao contrário do homem, a mulher “não trabalha”, sua ocupação é vista como serviço de mulher ou como ajuda. As tarefas femininas são consideradas complementares e subordinadas, o que explica o predomínio da roça sobre a casa no que se refere à distribuição da força de trabalho disponível em cada família (Carneiro, 1986: 67).

A pesquisa de campo em Eldorado veio desnudar uma relação arraigada no comportamento das pessoas, tendo em vista a cultura machista em que vivemos, revelada em uma certa naturalização dos papéis, pela forma como elas se reportam a esses costumes:

“o trabalho da roça é muito pesado, a gente dá um duro danado aqui, mas mulher sozinha não é nada, a gente não agüenta trabalhar o dia inteiro, o homem agüenta.”

Essa foi uma fala constante nas entrevistas com as mulheres, quase sempre reclamando que o trabalho da roça é muito pesado e há dificuldade quanto aos trabalhos “mais duros”, como capinar, arar e outros, em geral preferindo atividades ditas leves, e se reportando o tempo todo ao trabalho como ajuda:

“Acho trabalho na roça muito pesado, eu vou só um pouquinho, ajudo mais na colheita, nem forço minhas filhas trabalhar na roça, quero outro futuro para elas”.

Na agricultura familiar o desempenho da mulher não é reconhecido socialmente, mesmo que muitas vezes elas desenvolvam trabalhos iguais aos dos homens, chegando, em alguns casos, a ter um desempenho cuja produtividade é superior, e deveria ter direitos iguais, acesso aos planos de reforma agrária, enquadramento como previdenciária

direta do INSS, deixando de ser "dependente do marido". Na realidade, acontece o oposto disso: algumas mulheres em Eldorado trabalham igual aos seus maridos, e não têm acesso a esses direitos. Apesar disso, constatamos em algumas de suas falas, uma certa satisfação: *"eu trabalho junto com o meu marido na roça, e ainda trabalho em casa, agora estou trabalhando melhor, pois estou na minha terra."* São os homens que detêm o poder econômico e, conseqüentemente, são eles que realizam e decidem a respeito da grande maioria das tarefas consideradas cotidianas, até mesmo dentro de casa. Entretanto, muitas das tarefas permanentes que devem ser efetivadas no dia-a-dia do trabalho, são realizadas predominantemente pelas mulheres, como pudemos constatar:

"A gente comercializa no CEASA e já faz as compras, o dinheiro que sobra quem guarda sou eu, mas quem decide o que fazer com ele é meu marido, eu só guardo, mas na hora de gastar é com ele."

No que diz respeito ao espaço da casa e ao espaço da roça, aparece aquela divisão entre o público e o privado. É possível perceber uma distinção de responsabilidades que demarca esta divisão: o espaço do público é do homem, e o espaço privado é da mulher. O homem trabalha na roça, participa da associação, a mulher "ajuda na roça", não participa da associação; quando vão às assembleias são acompanhadas do marido, ou vão para fazer número: *"eu assisto à assembleia, mas meu marido é que é sócio, eu só acompanho ele às vezes, principalmente quando vem gente de fora, para fazer número."*

Dentro das atividades cotidianas, os papéis sociais do homem; e da mulher são, portanto, distintos. Essa divisão é reforçada pelo próprio INCRA que, na hora de cadastrar o proprietário, exige sempre que fique no nome do homem; logo este é o representante e o dono do lote, e a mulher e os filhos são seus dependentes. A partir daí todos os papéis são diferenciados.

Conforme foi observado em Eldorado, há forte tendência das mulheres a identificarem a si próprias como sendo as principais ajudantes no trabalho da roça: *"eu sempre ajudo meu marido"*; ao mesmo tem-

po, essa mesma postura aparece na fala dos homens: *"minha mulher me ajuda, mas ela não agüenta muito"*.

Dessa forma, por mais que a produção seja realizada pelas mulheres, os produtores reconhecidos pelos compradores têm sido os maridos, aqueles que representam a unidade familiar de produção. A participação da mulher no processo de produção, via trabalho, se dá de forma muito sutil e invisível. Na comercialização dos produtos, com frequência, elas não aparecem diretamente. Elas "ajudam" a colher, a encaixotar os produtos, a carregar o caminhão, mas na hora de ir para o CEASA negociar os preços, elas não participam, ou seja, ao nível do público, as mulheres não se destacam. O trabalho do homem refere-se sempre ao serviço pesado e o da mulher ao serviço leve, o da casa. Assim, tanto a participação do homem no serviço doméstico, como o da mulher, na roça, é de ajuda.

A pesquisa de campo em Eldorado permitiu, assim, desvelar várias relações aparentemente camufladas ou silenciadas sobre a questão de gênero presente no interior das relações sociais ali travadas. A primeira descoberta relevante foi a constatação de que poucas mulheres declaravam que trabalhavam na roça; outras, ainda, relatavam que não gostavam, ou que seus maridos não as deixavam trabalhar na roça. A investigação sobre o trabalho das mulheres no mutirão colocou às claras esta grande contradição e uma longa história de organização das mulheres que vinha ocorrendo desde antes da chegada ao acampamento. Desde o início, havia um grupo de mulheres que participava, o tempo todo, das reuniões de preparação para acampar: *"nós éramos um grupo bom de mulheres que incentivava o grupão para continuar na luta, mas ninguém fala nisso."*

Enquanto se preparavam para uma nova ocupação, as mulheres, após uma experiência fracassada, discutiam e apontavam novas perspectivas quanto às estratégias de ocupação. Estes dados apareceram muito tardiamente durante a pesquisa, por intermédio da entrevista com uma assessora da CPT (Comissão Pastoral da Terra), e em alguns momentos, quando as mulheres se lembravam de sua organização inicial. Nas entrevistas junto aos homens, em alguns momentos era mencionado um fato curioso através da expressão: *"as companheiras da*

cozinha", o que significa uma espécie de isolamento da mulher quanto à participação no grande grupo, que a coloca apenas na cozinha.

Considerações Finais

Este estudo do Assentamento Eldorado revelou muitos dados desconhecidos, proporcionou surpresas, e conhecimentos que eu já imaginava deter, foram desnudados. A realidade, olhada por outros ângulos, mostrou novas formas de ser sentida, percebida e vivida, o que me fez incorporar outras questões relevantes que permeiam o assentamento hoje.

A primeira questão revelada foi a referente ao trabalho das mulheres, que apareceu de forma contundente, fruto do machismo e da discriminação, observada pela "ausência" das mesmas nos discursos sobre o trabalho da roça e na participação da Associação de Pequenos Produtores e / ou ainda uma presença "calada" assistente das assembléias. Em várias falas denotam-se claramente as dificuldades que elas têm de penetrar no "mundo dos homens", tudo indicando que a associação é um espaço masculinizado, assim como a diretoria e a roça, como se observa nestes depoimentos:

"eu participo, mas tenho muitas dificuldades, são muitas discriminações contra a mulher na associação." "Eu já tentei participar da APP, fui até da diretoria, mas não agüentei não, fui muito discriminada, eles me consideraram incapaz de tudo, hoje eu fico na minha".

De acordo com esta fala das mulheres depreende-se que se trata de um modelo patriarcal de organização comunitária, sendo desta forma articulada à categoria poder, do mesmo modo que estão as relações de gênero que perpassam as relações sociais no contexto estudado.

Outra característica relevante, destacada na pesquisa, é a grande tensão entre o rural e o urbano, pois muitos assentados já passaram pelos centros urbanos e, deste modo, introjetaram valores, costumes e comportamentos de caráter urbano. A tensão entre rural e urbano aparece, de modo claro, no plano político-organizativo, assim, como no

estrutural, notando-se uma forte tendência à urbanização. Mas, mesmo assim foi comum observar, através da fala dos assentados, o grande desejo de se tornarem donos da terra e dela tirarem sua liberdade e autonomia.

O fato de muitos estarem sendo obrigados a desenvolver outras atividades assalariadas para complementar a subsistência da família, e tendo em conta a falta de perspectiva para os seus filhos no trabalho da terra, desencadeia um certo desencanto entre os assentados. A falta de apoio do Estado ao assentamento vem acarretando uma total falta de recursos para trabalhar a terra, contribuindo para aguçar, naqueles produtores, este desencantamento em relação à permanência no campo.

A violência na trajetória de Eldorado deixou ali marcas muito profundas; até o momento atual, a comunidade vive amedrontada pela memória da violência sofrida. Para mim, ficou claro que a violência no campo supõe um marco conceitual mais geral, presente na estrutura agrária brasileira. Representa um campo de forças e de conflitos pela relação diferencial de apropriação da terra. A violência contra a pessoa é programada e convergente à produção de uma cidadania dilacerada. Ela é uma "tecnologia" do poder, que incide sobre o espaço agrário, legitimando o acúmulo da propriedade fundiária em poucas mãos.

Por conseguinte, aqueles grupos sociais que discordam da atual estrutura e querem se apropriar da terra para dela tirar a sua sobrevivência, são considerados como sujeitos que precisam ser punidos. O recurso ao suplício do corpo é a resposta de setores das classes dominantes agrárias a uma tentativa de rompimento daquela relação de ordem material e simbólica. O exercício da violência nas relações sociais, que ocorre também entre homens e mulheres, entre dominantes e dominados no espaço agrário brasileiro, demonstra que tal dispositivo de poder é a garantia da reprodução das relações de dominação no campo.

Ao longo deste estudo detectamos que a luta pela terra em Eldorado está no bojo da grande luta de todos os sem-terra do Brasil, e denota o grande sonho de reforma agrária que perpassa a mobilização dos trabalhadores rurais, muito presente nos dias atuais pelas marchas, gritos da terra, marcando o cenário político em defesa da reforma agrária, justa e necessária para o campo. Enfatizamos, enfim, que esta

luta dos sem-terra é essencial para enfrentar a política neoliberal que reduz a ação do Estado visando à globalização da economia. Por outro lado, a questão da terra assume outros contornos, em função das políticas de modernização inspiradas no neoliberalismo que, longe de resolver a questão, a recriam e aprofundam, agravando também a impunidade.

O grande problema dos pequenos produtores, hoje, no Rio de Janeiro, apresentado na pesquisa de campo, é a falta de condições para produzir e comercializar, a falta de tecnologia para trabalhar a terra, de assistência técnica, de políticas de saúde e educação que proporcionem melhoria da qualidade de vida dos assentados. Falta, também, todavia, uma organização forte que tenha a confiança dos trabalhadores rurais, condigna de representá-los e que não seja cooptada pelo Estado. Há uma insatisfação geral, conforme apontado anteriormente, em relação à Associação de Pequenos Produtores, que não consegue representar a categoria dos assentados, da mesma forma que os sindicatos rurais e, por conta disso, os assentados vão se afastando da organização. Conseqüentemente, o sonho da reforma agrária está cada vez mais distante dos agricultores e ficou constatado que só a concessão da terra não resolve o problema da pobreza no campo.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais: "O Caso dos Assentamentos Rurais". IN: *Revista Ensaios e Debates*, 1994.
- Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro. Agricultura no Estado do Rio de Janeiro, RJ, 1991.
- BRITO, Sebastiana R. "Trabalho e Relações de Gênero. Diferentes Faces do Trabalho Feminino na Agricultura", RJ, PUC, mimeo, 1996.
- COSTA, Jurandir Freire. *Violência e Psicanálise*, RJ, ed. Graal, 1989.
- CPT Nacional. "A Questão Agrária no Brasil". IN: *Revista Conflitos no Campo*, Goiás, 1986.

- CUT. "Formas de Organização e Resistência dos Trabalhadores Rurais", RJ, mimeo, 1993.
- CUT. "Mulheres Trabalhadores Rurais", RJ, mimeo, 1991.
- CRAUS, Germer. "Perspectivas das Lutas Sociais nos Anos 90". IN: *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre, ed. Universidade, 1994.
- CASTRO, Eliza Guaraná de. "Entre o Rural e o Urbano, Dimensões Culturais dos Assentados no Rio de Janeiro". Dissertação de Mestrado, RJ, CPDA, 1995.
- CARNEIRO, Maria José. "Vidas Irrigantes", RJ, CPDA, 1986.
- MST. "Programa de Reforma Agrária". IN: *Caderno de Formação* nº 23, SP, 1995.
- MEDEIROS, Ivonildes Sérvolo de. *Assentamentos Rurais. Uma visão interdisciplinar*. SP, UNESP, 1994.
- MURARO, Rose Marie. *Os Seis Meses em que fui Homem*. RJ, Ed. Rosa dos Tempos, 1993.
- NEVES, Delma Pessanha. "Os Assentamentos Rurais e a Reforma Agrária Técnico Burocrática". RJ, ANPOCS, 1995.
- NOVICK, Victor. "Recuperando o Indivíduo no Movimento dos Sem-Terra: O Caso Fluminense". RJ, CPDA, 1983.
- ROMANO, Jorge Osvaldo, poder, valores e conflitos nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate. IN: *Assentamentos Rurais, Uma Visão Interdisciplinar*. SP, UNESP, 1994.
- SILVA, José Graziano da. "A Questão Agrária Hoje, O Novo Rural". IN: *Revista Segurança e Agricultura*. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. RJ, CPDA, 1994.
- SENA, Maria das Graças Carneiro. *Agricultura, substantivo feminino: Uma Contribuição para a Abordagem de P&D*. APPISA, 1996.
- SAFFIOTI, H.I.B. "Rearticulando Gênero e Classe Social". IN: *Uma questão de gênero*. RJ, Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, Costa A. C. e Bruschini C. (Org).

SARTORATO, Calissa Rosa. "Dominação Versus Resistência: Os Agrotóxicos nas Lavouras dos Sem - Terra; Representação Social dos Riscos à Saúde dos Trabalhadores". RJ, CPDA, Dissertação de mestrado, 1996.

VEIGA, José Eli. "Reforma Agrária Hoje". IN: *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre. Ed. Universidade, 1994.